


RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta Tese
será disponibilizado somente a partir
de 29/08/2020.

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

FLAVIANA CHRISTINE VALLIM PERES

**ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA**



ARARAQUARA – S.P.
2019

FLAVIANA CHRISTINE VALLIM PERES

**ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientador: Dr. Sebastião de Souza Lemes

ARARAQUARA – S.P.
2019

PERES, Flaviana Christine Vallim
ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO DO ESTADO
DE SÃO PAULO: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA /
Flaviana Christine Vallim PERES – 2019
257 f.

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

1. Educação Básica. 2. Instrumentos. 3. Avaliação de
desempenho. 4. Qualidade da Educação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE FLAVIANA CHRISTINE VALLIM PERES MARQUES ASSUMPÇÃO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ARARAQUARA.

Aos 29 dias do mês de agosto do ano de 2019, às 14:30 horas, no(a) Anfiteatro D, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. SEBASTIÃO DE SOUZA LEMES - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências da Educação / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Prof. Dr. SILVIO HENRIQUE FISCARELLI do(a) Departamento de Didática / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Prof. Dr. RICARDO RIBEIRO do(a) Departamento de Ciências da Educação / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Profa. Dra. JOANA CORRÊA GOULART do(a) Unidade Universitária de Quirinópolis / Universidade Estadual de Goiás, Profa. Dra. RAQUEL GONÇALVES OCTÁVIO do(a) Instituto de Ciências Humanas / Universidade Paulista, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de FLAVIANA CHRISTINE VALLIM PERES MARQUES ASSUMPÇÃO, intitulada **Análise dos instrumentos de regulação do Estado de São Paulo: qualidade da educação básica**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. SEBASTIÃO DE SOUZA LEMES

Prof. Dr. SILVIO HENRIQUE FISCARELLI

Prof. Dr. RICARDO RIBEIRO

Profa. Dra. JOANA CORRÊA GOULART

Profa. Dra. RAQUEL GONÇALVES OCTÁVIO

Àqueles que sempre acreditaram que eu seria capaz,
Marcelo, Alice Helena e Maria Beatriz.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que estiveram ao meu lado nessa caminhada, familiares, amigos, colegas de trabalho, colegas da turma doutorado, a vocês o meu muito obrigada de coração.

Gostaria de agradecer especialmente àqueles que contribuíram de forma direta na realização dessa Tese:

A Prof^a Sonia Maria Duarte Grego por me aceitar como orientanda, o meu respeito e gratidão.

A Prof^a Dr^a Joana Corrêa Goulart, que iniciou essa trajetória comigo em 2015, pela amizade. Minha gratidão.

Ao Prof^o Dr^o Silvio Henrique Fiscarelli por aceitar o convite para fazer parte de minha banca e pelas valorosas observações. Muito obrigada.

A Prof^a Dr^a Raquel Gonçalves Octávio, pela parceria além dos muros da escola. Obrigada pela amizade, carinho e parceria de anos, na luta pela educação de qualidade.

De modo especial ao meu orientador Prof. Dr. Sebastião Souza Lemes, obrigada por me orientar nessa caminhada, me incentivando e amparando nos momentos de maior desânimo. A você todo meu respeito, amizade e admiração.

Aos meus pais Valdemir e Maria Helena, pelo exemplo de caráter e fortaleza, pelo incentivo e preces.

Amigos são irmãos que Deus colocou em nossas vidas, obrigada queridas Patrícia, Selma, Zélia, Sílvia, Maria do Carmo, Ritinha, Alessandra, Vera e Adriano.

In Memoriam de Sandra Marina Machado de Mello, Terezinha Vidolim Vasconcelos, Nair Faria, Olga Menezes, José Aparecido Soriano, João Maurício Nogueira e Beatriz Morelli, exemplos de professores. A vocês todo o meu respeito e admiração.

A Deus.

*O mundo muito pouco atentar, e muito pouco recordar o que aqui dissermos, mas
não poderá jamais esquecer o que eles aqui fizeram.*

ABRAHAM LINCOLN

19 de novembro de 1863

Pensilvânia, Estados Unidos

RESUMO

Esta Tese tem como objeto de estudo os instrumentos utilizados pelo estado de São Paulo, em atendimento o que determina a legislação oficial, para regular e medir a qualidade da educação básica pública. Esses instrumentos passam pela avaliação de desempenho, também chamada de larga escala, e fluxo escolar que fornece dados, para compor os indicadores educacionais, de forma a se transformarem em informações que possibilitem compreender o processo como um todo e tomar decisões na perspectiva da política educacional. Foram analisadas as políticas públicas educacionais que trazem em seu texto a necessidade de qualificar a educação básica. Foram elaboradas as seguintes questões para esta pesquisa: Os instrumentos utilizados pelo Estado definem a qualidade da educação básica pública paulista? Os resultados da avaliação de desempenho fornecem os dados essenciais para medir a qualidade da educação básica paulista? O estado de São Paulo utiliza as avaliações de desempenho e fluxo escolar para regular a educação básica. A aplicação dos instrumentos, avaliação de desempenho e fluxo escolar, utilizados para medir a qualidade da educação, impactam na política educativa do estado de São Paulo? Para responder a essas questões apresenta-se os seguintes objetivos: analisar os resultados das avaliações de desempenhos dos estudantes do ensino fundamental e médio e como (ou se) estes são utilizados na formulação de políticas públicas para a educação básica no estado de São Paulo; Identificar experiências internacionais que influenciaram a formulação das avaliações de desempenho no país e conseqüentemente no estado de São Paulo; Identificar os programas para a educação básica formulados pelo estado de São Paulo e que almejam a qualidade da educação pública; Analisar os instrumentos de políticas educacionais do estado de São Paulo. Foi realizado em um estudo bibliográfico com aprofundamento teórico sobre a concepção de Estado Avaliador, regulação, concepção de sistemas de avaliação de desempenho e conceito de qualidade na educação. A abordagem da pesquisa é qualitativa e caracteriza-se como pesquisa documental com a análise da legislação, decretos e resoluções que tratam da regulação da educação pelo Estado. O papel regulador do Estado, tem início na década de 1990, seguindo uma tendência mundial de diminuição dos gastos públicos e fortalecimento de sua função fiscalizadora. Dessa forma o Estado deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador. Os documentos que orientam a análise dos instrumentos estudados, tratam da regulação na educação básica pública, pelo Estado.

Palavras-Chave: Educação Básica; Instrumentos; Avaliação de Desempenho; Qualidade da Educação.

ABSTRACT

This thesis has as its object of study the instruments used by the state of São Paulo, in compliance with what is determined by official legislation, to regulate and measure the quality of public basic education. These instruments include performance assessment, also called large-scale, and school flow that provides data to compose educational indicators, to become information that enables understanding the process as a whole and making decisions from the perspective of educational policy. We analyzed the educational public policies that bring in their text the need to qualify basic education. The following questions were elaborated for this research: Do the instruments used by the state define the quality of public basic education in São Paulo? Do the results of the performance evaluation provide the essential data to measure the quality of São Paulo basic education? The state of São Paulo uses performance and school flow assessments to regulate basic education. The application of the instruments, performance evaluation and school flow, used to measure the quality of education, does it affect the educational policy of the state of São Paulo? To answer these questions, the following objectives are presented: analyzing the results of the performance evaluations of elementary and high school students and how (or if) they are used in the formulation of public policies for basic education in the state of São Paulo. Identifying international experiences that influenced the formulation of performance evaluations in the country and consequently in the state of São Paulo. Identifying the programs for basic education formulated by the state of São Paulo that aim for the quality of public education. Analyzing the educational policy instruments of the state of São Paulo. It was carried out in a bibliographical study with theoretical deepening about the conception of Evaluator State, regulation, conception of performance evaluation systems and quality concept in education. The research approach is qualitative and characterized as a documentary research with the analysis of legislation, decrees and resolutions dealing with the regulation of education by the state. The regulatory role of the state begins in the 1990s, following a worldwide trend of decreasing public spending and strengthening its oversight function. In this way, the State is no longer directly responsible for economic and social development through the production of goods and services, but for strengthening itself as promoter and regulator. The documents that guide the analysis of the studied instruments deal with the regulation in public basic education, by the State.

Keywords: Basic Education; Instruments; Performance evaluation; Quality of education.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Modelo pós-burocrático (BARROSO, 2005)..... | 49 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Estágios e ciclos de Políticas Públicas..... | 32 |
| Quadro 2 - Sistemas de Avaliação de desempenho nos estados brasileiros..... | 70 |
| Quadro 3 - Rede educacional pública do estado de São Paulo. | 99 |
| Quadro 4 - Resultados Finais SARESP/2003. | 119 |
| Quadro 5 - Médias de proficiência SARESP 2007. | 123 |
| Quadro 6 - Médias de Proficiência do SAEB 2007 para o estado de São Paulo. | 124 |
| Quadro 7 - Série histórica de matrículas de 2007 a 2017..... | 129 |
| Quadro 8 - Distribuição de estudantes por nível de proficiência. | 132 |
| Quadro 9 - Níveis de desempenho e escala do SARESP. | 137 |
| Quadro 10 - Escala de desempenho dos estudantes do 5º ano EF em Língua Portuguesa. .. | 138 |
| Quadro 11 - Escala de desempenho dos estudantes do 5º ano EF em Matemática..... | 138 |
| Quadro 12 - Médias de proficiência em Língua Portuguesa 9º ano EF. | 139 |
| Quadro 13 - Médias de proficiência em matemática 9º ano EF. | 140 |
| Quadro 14 - Proficiência em Língua Portuguesa 3º EM. | 141 |
| Quadro 15 - Proficiência em Matemática – 3EM. | 141 |
| Quadro 16 - IDESP de 2008 a 2017..... | 148 |
| Quadro 17 - Série Histórica de Matrículas..... | 149 |
| Quadro 18 - Fluxo Escolar 5º ano. | 150 |
| Quadro 19 - Fluxo Escolar 9º ano EF..... | 152 |
| Quadro 20 - Fluxo Escolar do 3º ano do EM. | 153 |
| Quadro 21 - Dados SAEB de 1995 a 2005 do estado de São Paulo. | 161 |
| Quadro 22 - Relatório de 2008 (PISA)..... | 173 |
| Quadro 23 - Relatório de 2009 (PISA)..... | 174 |
| Quadro 24 - Relatório de 2012 (PISA)..... | 175 |
| Quadro 25 - Relatório de 2015 (PISA)..... | 177 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Médias do SAEB 2007 do estado de São Paulo | 324 |
| Gráfico 2 – Série histórica de matrículas de 2007 a 2017. | 70 |
| Gráfico 3 – Médias de Proficiência 5º ano EF | 99 |
| Gráfico 4 – Médias de Proficiência 9º ano EF..... | 119 |
| Gráfico 5 - Médias de Proficiência 3º ano EM..... | 123 |
| Gráfico 6 – Série Histórica – IDESP de 2008 a 2017..... | 124 |
| Gráfico 7 - Série Histórica de Matrículas | 129 |
| Gráfico 8 – Fluxo Escolar 5º ano EF..... | 132 |
| Gráfico 9 – Fluxo Escolar 9º ano EF. | 137 |
| Gráfico 10 – Fluxo Escolar 3º ano EM..... | 138 |
| Gráfico 11 – Proficiência estudantes da 4ª série das escolas públicas paulistas. | 138 |
| Gráfico 12 – Proficiência estudantes da 8ª série das escolas públicas paulistas. | 139 |
| Gráfico 13 – Proficiência estudantes da 3ª série do EM das escolas públicas paulistas. | 140 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| ANEB | Avaliação Nacional da Educação Básica |
| ANRESC | Avaliação Nacional do Rendimento Escolar |
| CAQ | Custo-Aluno-Qualidade |
| CEE | Conselho Estadual de Educação |
| CENP | Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas |
| CF | Constituição Federal do Brasil |
| CIPP | Contexto, Insumo, Processo, Produto |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| EDURURAL | Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural |
| EF | Ensino Fundamental |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| EM | Ensino Médio |
| FDE | Fundação para o Desenvolvimento da Educação |
| HTPC | Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo |
| IAEP | International Assessment of Educational Progress |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| OCDE | Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PISA | Programme for International Student Assessment |

| | |
|---------------|--|
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| RE | Resolução da Secretaria de Educação |
| SAEB | Sistema de Avaliação da Educação Básica |
| SAEP | Sistema de Avaliação da Educação Primária |
| SARESP | Sistema de Avaliação do Rendimento do estado de São Paulo |
| SEE | Secretaria da Educação do estado de São Paulo |
| SP | São Paulo |
| TCT | Teoria Clássica dos Testes |
| TRI | Teoria de Resposta ao Item |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| USAID | United States Agency for International Development |
| WEI | World Education Indicator |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 ASPECTOS DA POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 26 |
| 2.1 Dimensões relevantes da política pública para a educação básica..... | 29 |
| 2.2 Extratos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: alguns elementos históricos necessários..... | 34 |
| 2.3 Consideração sobre o Estado Avaliador..... | 40 |
| 2.3.1 Regulação em Educação | 46 |
| 2.3.2 Da prestação de contas- <i>accountability</i> | 50 |
| 3 ASPECTOS DA REGULAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA | 57 |
| 3.1 Avaliação de desempenho como instrumentos de responsabilização..... | 59 |
| 3.2 O Plano Nacional de Educação - PNE..... | 75 |
| 3.2.1 Dimensões da qualidade da educação..... | 80 |
| 4 POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO..... | 98 |
| 4.1 Reorganização do Ensino Fundamental | 100 |
| 4.2 Fluxo Escolar e Classe de Aceleração | 102 |
| 4.3 Jornada única e reorganização das escolas estaduais paulistas..... | 106 |
| 4.4 Escola Padrão | 107 |
| 4.5 Programa de Formação Continuada – Teia do Saber | 111 |
| 5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO | 114 |
| 5.1 Programa de Qualidade da Escola – PQE..... | 133 |
| 5.2 Resultados do SAEB no estado de São Paulo | 154 |
| 5.3 A influência das políticas educacionais internacionais na educação pública paulista..... | 165 |
| 5.3.1 <i>Programme for International Student Assessment-PISA</i> | 170 |
| CONCLUSÃO..... | 178 |
| REFERÊNCIAS..... | 183 |
| APÊNDICES | 199 |
| APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAIS..... | 199 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE B- PROGRAMAS E PLANOS PROVENIENTES DA ESFERA FEDERAL | 203 |
| APÊNDICE C - PLANO NACIONAL E PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO | 205 |
| APÊNDICE D: NÍVEIS DE DESEMPENHO LEITURA E MATEMÁTICA | 211 |
| APÊNDICE E - AGRUPAMENTOS SARESP | 233 |
| APÊNDICE F - MATRIZ DE COMPETÊNCIA SARESP- LEITURA | 237 |
| APÊNDICE G - NÍVEIS DE DESEMPENHO E VALORES DE REFERÊNCIA, NAS DISCIPLINAS AVALIADAS PELA ESCALA DO SARESP. | 240 |
| APÊNDICE H - COMPETÊNCIAS AVALIADAS PELO PISA EM 2006, COM ENFOQUE NO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS. | 241 |
| ANEXOS | 245 |
| ANEXO 1 - RESOLUÇÃO SE Nº 27, DE 29 DE MARÇO DE 1996 | 245 |
| ANEXO 2 - RESOLUÇÃO SE Nº 74, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2008 | 247 |
| ANEXO 4 - DECRETO Nº 57.571, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011 | 249 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita de Filho”, vincula-se a linha de Pesquisa Política e Gestão Educacional.

A investigação tem como objeto os instrumentos utilizados pelo estado de São Paulo para esclarecer a qualidade do sistema educacional, que está vinculado as determinações e orientações do MEC, por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, vigente desde 2007.

O sistema público educacional, na atualidade, é um campo de estudo formado por teorias, métodos e processos abrangentes, que comporta subáreas como a avaliação de desempenho, avaliação de sistemas educacionais, avaliação de programas e autoavaliação

O estudo versa sobre os instrumentos utilizados nas avaliações de desempenho e analisa se esses, influenciam a tomada de decisão ao se formular uma política educacional.

A discussão sobre instrumentos de avaliação de desempenho e se esses são utilizados como medida de regulação do Estado, faz-se presente na atualidade, visto que está inscrito em um cenário no qual o Estado exerce a função de Avaliador e regulador, e traz para si a responsabilidade pela avaliação e se incumbe de prestar contas, da qualidade da educação básica, à sociedade.

A análise da qualidade da educação deve dar-se em uma perspectiva polissêmica, e conforme Dourado; Oliveira; Santos (2007, p. 7) essa categoria traz múltiplas significações, já que

[...] o exame da realidade educacional, sobretudo em vários países da Cúpula das Américas, com seus diferentes atores individuais e institucionais, evidencia que são diversos os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania.

A educação escolar é objeto de políticas públicas educacionais, e de acordo com Dourado; Oliveira; Santos (2007, p.8) cumpre “[...] destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas”. Na educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os “[...] princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional.

Na perspectiva das políticas públicas educacionais, muitos países têm desenvolvido, estratégias para medir a qualidade de seus sistemas de ensino¹, uma delas é a adoção de instrumentos e indicadores.

Os instrumentos são utilizados para medir o desempenho dos estudantes e a qualidade do sistema educacional. Esses instrumentos passam pela avaliação de desempenho, também chamada de larga escala, e fluxo escolar que fornecem dados, para compor os indicadores educacionais, de forma a se transformarem em informações que possibilitem compreender o processo como um todo e tomar decisões na perspectiva da política educacional. Conforme Horta Neto (2013) é necessária uma análise desses instrumentos, que possibilite identificar os processos e os resultados obtidos nas avaliações de desempenho, pelos estudantes da educação básica.

O processo de avaliação de desempenho e a busca por instrumentos que qualifiquem a escola e a educação, não é algo novo dentro do sistema educacional, conforme Horta Neto (2013) está instituído e presente no cotidiano escolar, assim como seus conceitos e objetivos, que são revistos e alterados de acordo com as transformações políticas e econômicas da sociedade.

Essas transformações sociais, influenciaram a partir do final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, os programas de avaliação do sistema educativo, conhecido como avaliação educacional externa ou avaliação de desempenho. Conforme Horta Neto (2013) a partir de instrumentos como avaliação e fluxo, o teste passa a ser padronizado e aplicado aos estudantes, para se obter informações sobre o desempenho das escolas e dos sistemas de ensino, com o objetivo de subsidiar uma política educacional que assegure a qualidade da educação.

Nessa perspectiva de mudança de políticas educacionais, para que a qualidade da educação seja alcançada, Dourado; Oliveira; Santos (2007), apontam a necessidade do estabelecimento de parâmetros de referência de aprendizagem e a indicação de padrões eficazes que permitam que os estudantes avancem nas avaliações de desempenho.

Diante dessas perspectivas de mudança, os resultados observados após a aplicação desses instrumentos, de acordo com Lemes (2001, p.112) tem mostrado as carências e necessidades do contexto até então desconhecidas enquanto realidades mutáveis; ou conhecidas,

¹ Para Libâneo (2012) o Brasil ainda não possui um sistema de ensino, fortalecido, em razão da falta de articulação entre os vários sistemas de ensino existentes nas esferas administrativas federal, estadual e municipal. A tese de Libâneo é a de que o Brasil não possui um sistema de ensino, mas estruturas administrativas referenciadas na LDBEN/1996.

mas distorcidas em sua amplitude e profundidade. Essas “realidades” contextuais em suas dimensões de amplitude

[...] deverão (re)orientar tomadas de decisão, (re)definir ações públicas, priorizar demandas e, possivelmente chegar a evidenciar “velhos problemas” de forma indiscutível e inquestionável como: a desescolarização e a pobreza alimentando-se mutuamente. Assim ao que parece, nesse momento da vida educacional do país, e diante do quadro que se delineia a partir dos resultados avaliativos; as avaliações educacional e escolar começam a se revelar mais como dimensão formuladora de políticas públicas para a educação nacional do que como instrumentos dessas políticas (LEMES 2001, p.112).

A utilização dos instrumentos para delinear uma política educacional, e a utilização da avaliação de desempenho, conforme Horta Neto (2013) têm sua elaboração e aplicação realizada por uma instituição externa à escola, não contando, normalmente, com a participação dos docentes, das equipes gestoras das escolas e das estruturas de ensino, em nenhuma de suas fases. Além das avaliações, normalmente utilizam-se questionários aplicados aos estudantes, docentes e à equipe gestora, com o objetivo de obter informações que expliquem os diferentes desempenhos da escola. A necessidade de uma explicação gera por parte do Estado, propostas de ações e políticas educacionais, que modifiquem a realidade da escola.

Ao propor ações e políticas educacionais, o Estado analisa o desempenho de seu sistema educacional e das escolas, a partir das avaliações aplicadas, o que para Horta Neto (2013) exige clareza de seu papel de regulador.

O papel regulador do Estado, tem início na década de 1990, seguindo uma tendência mundial de diminuição dos gastos públicos e fortalecimento de sua função fiscalizadora. Dessa forma o Estado “[...] deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p.12).

O modo como o Estado reduz seu papel de executor ou prestador de serviços, “[...] mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação”, fortalece seu controle social direto, na medida em que investe em capital humano, como garantia de “[...] uma distribuição de renda mais justa”, pela perspectiva de especialização de mão de obra (BRASIL, 1995, p.13).

Nesta perspectiva, o Estado busca o fortalecimento das funções de regulação e coordenação das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais, como educação,

que são coordenadas “particularmente no nível federal”, com a “[...] progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal” (BRASIL, 1995, p.13).

A descentralização do nível federal para o estadual e municipal, permite que esses entes organizem seus sistemas de ensino e desenvolvam políticas que conciliem os diferentes níveis e modalidades de ensino, de modo que predomine a qualidade da educação. A busca pelo predomínio da qualidade, faz com que os entes federados busquem instrumentos de medida, sendo um deles a avaliação de desempenho.

O ato de avaliar o desempenho de um estudante, de uma escola ou de um sistema, é em si mesmo polissêmico e algumas vezes passa a ser confundido com os instrumentos utilizados para medir o resultado, geralmente por testes. A avaliação, nesta análise, vai além das medições e envolve a definição das políticas educacionais e estratégias de governo para estabelecer o que seja a qualidade, proposta na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e presente nos atos normativos², publicados pelo executivo do estado de São Paulo.

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal em 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, tem início a aplicação de avaliação de desempenho por governos estaduais, com o intuito de medir a qualidade da educação escolar. Com o resultado obtido pelos estudantes, nas avaliações, os governos definem políticas públicas para em uma métrica estabelecida, definir a qualidade da escola.

A definição da qualidade, pelo estabelecimento de uma medida, tem início na década de 1990, com os primeiros estudos para a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Com o início do SAEB, aumenta a quantidade de avaliações de desempenho aplicados no país, assim como o número de estudantes avaliados. Em outras partes do mundo, ocorre a mesma dinâmica, de aumento das avaliações, utilizadas com frequência tanto pelos governos nacionais quanto por organizações internacionais ou transnacionais (HORTA NETO, 2013).

A emergência para encontrar um modelo de avaliação que medisse a qualidade da educação, teve origem na década de 1980, com os primeiros desenhos de um projeto de sistema nacional de avaliação, a partir de uma demanda do Banco Mundial e das determinações de organizações internacionais sobre as políticas educacionais, no Brasil. Iniciativas de avaliação da educação básica, que fossem coerentes com os pressupostos do Estado Avaliador, de acordo

² Atos normativos são aqueles que têm efeitos gerais, atingindo todos os que se encontram na mesma situação por ele regulada. Por exemplo: decretos regulamentares, regimentos, resoluções, deliberações e portarias.

com Horta Neto (2013) começaram a ser desenvolvidas por estados e municípios brasileiros ao longo dos anos de 1990, como os programas de avaliação criados pelos estados de Pernambuco (1991), Minas Gerais e Ceará (1992) e São Paulo (1996).

Com o objetivo de construir um instrumento de qualidade educacional, tem início uma busca pelos sistemas educacionais no Brasil, por reformas educacionais desenvolvidas em outros países, por intermédio de acordos e convênios firmados com agências multilaterais, os quais trazem projetos de monitoramento e avaliação das políticas implantadas nas redes escolares públicas, como forma de medir a qualidade (CAMPOS, 2000).

Esses projetos de monitoramento são analisados na perspectiva da construção e busca da qualidade por meio de instrumentos que podem gerar dados estatísticos para o estabelecimento de indicadores de qualidade. Esses indicadores passam pelo acesso e oferta da educação, fluxo escolar (diferença entre aprovação, retenção e abandono) e aferição do desempenho mediante avaliação de desempenho.

Os programas de avaliação nacionais e internacionais, utilizam como instrumento dados estatísticos, para produzir informações objetivas sobre um sistema educacional. Para Villani (2018), esses dados desenvolvem uma relação com a política pública, que não é linear, mas um instrumento técnico que pode servir como controle social e político.

Os dados originados pelas avaliações de desempenho, tornam-se nessa perspectiva, ferramentas de poder, na medida em que direcionam a adoção de currículos e matrizes de competência, utilizados para medir o conhecimento dos estudantes.

O recorte dessa pesquisa tem início com os resultados dos instrumentos Sistema de Avaliação do Rendimento do Estado de São Paulo (SARESP) e do Fluxo Escolar (Censo Escolar), de 2008 ano da publicação do Programa Qualidade da Escola a 2017. Os resultados analisados são os provenientes dos instrumentos de avaliação de desempenho obtidos pelo SARESP, SAEB e Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

Pelas razões apresentadas e com a necessidade de analisar os instrumentos que medem a qualidade, elaboram-se as seguintes questões para esta pesquisa: Os instrumentos utilizados pelo Estado determinam a qualidade da educação básica pública paulista? O estado de São Paulo utiliza as avaliações de desempenho e fluxo escolar para regular a educação básica? A análise da aplicação dos instrumentos, avaliação de desempenho e fluxo escolar, utilizados para medir a qualidade da educação, impactam na política educativa do estado de São Paulo?

Considerando a avaliação de desempenho, como um instrumento utilizado pelo estado de São Paulo, para a verificação da qualidade do sistema educacional, propõem-se a **Tese de que os resultados das avaliações de desempenho, influenciam as políticas educacionais voltadas para o ensino fundamental e médio ao mesmo tempo que servem para a regulação das escolas públicas.**

A proposta da tese se justifica, pelas orientações legais e institucionais, que na atualidade, de acordo com Lemes (2001, p.112) “estabelecem obrigações, diretrizes e parâmetros, para os sistemas de ensino e para o poder público”. Para cumprir com as determinações e diretrizes, foram criados instrumentos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Censo Escolar, Padrões de Qualidade, Diretrizes Curriculares, Parâmetros Curriculares Nacionais e no caso específico de alguns estados, foram criados seus próprios instrumentos de avaliação para seus sistemas de ensino, como exemplo o estado de São Paulo, criou em 1996 o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, SARESP.

Para explicar e defender a Tese tem-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral: analisar os resultados das avaliações de desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio e como (ou se) estes são utilizados na formulação de políticas públicas para a educação básica no estado de São Paulo.

Os objetivos específicos são divididos em partes que se relacionam entre si e juntas ajudam a compreender o objeto analisado. Foram assim definidos:

- ✓ Identificar experiências internacionais que influenciaram a formulação das avaliações de desempenho no país e conseqüentemente no estado de São Paulo;
- ✓ Identificar os programas para a educação básica formulados pelo estado de São Paulo e que almejam a qualidade da educação pública;
- ✓ Analisar os instrumentos de políticas educacionais do estado de São Paulo.

A metodologia escolhida para esta análise foi a pesquisa bibliográfica com os eixos do aprofundamento teórico organizados com foco nos Atos Normativos da Secretaria da Educação do estado de São Paulo, políticas públicas educacionais, Estado Avaliador, regulação e concepção de avaliação de desempenho.

Ao definir quais documentos e atos normativos serão pesquisados, foi definida uma amostra representativa do que se deseja investigar. Conforme Fick (2009), é importante considerar documentos que fazem referência a outros documentos, buscando observar a

conexão entre eles e no modo como documentam e constroem a realidade investigada. Ao escolher os documentos, foi considerado o contexto, a utilização e a sua função, uma vez que são meios para compreender o objeto investigado.

A função, o contexto e a utilização dos documentos, conforme Flick (2009) define o ponto de partida para a análise e interpretação de documentos é a compreensão do texto que possibilitará realizar inferências válidas para a pesquisa. O objetivo, consiste em compreender e comparar abordagens, com base em critérios, seleção e verificação dos documentos analisados.

Empreendeu-se, também, a análise dos dados do SARESP, dos estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio e do SAEB e PISA do estado de São Paulo. Os dados do SAEB e PISA do estado de São Paulo foram comparados com o do Brasil e Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE. Com a escolha dos documentos a serem analisados, e que tratam dos instrumentos como medida para a qualidade da educação, os objetos foram escolhidos entre aqueles comparáveis e que possuam fronteiras delimitadas e coerentes entre si.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, visto que esta se constitui como apropriada para descobrir os significados e contradições dos instrumentos utilizados para medir a qualidade da educação básica. Na abordagem qualitativa, de acordo com Severino (2007), o objetivo da amostra é a produção de informações aprofundadas, com enfoque na interpretação do objeto pesquisado. Nessa abordagem, há uma proximidade do pesquisador com o objeto estudado.

Os objetos, foram definidos em critérios para a comparação, sendo eles a periodicidade da avaliação; a sua abrangência; a forma de apresentação dos resultados e os instrumentos utilizados como regulação da escola pública paulista.

Entre regulação e regulamentação das ações do Estado, conforme Barroso (2005) há uma diferença, a regulação é flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia e a regulamentação é definida como procedimento e é relativamente indiferente a qualidade e eficácia dos resultados. A regulação passa a ser essencial para o equilíbrio de um sistema, físico ou social, e está associada a um processo de retroação que identifica, analisa e trata informações por um conjunto de ordens coerentes dos órgãos executores.

Esta proposta de Tese está estruturada em seções, a saber. Na primeira seção apresentou-se a introdução geral da pesquisa, com a justificativa da escolha do tema, fundamentação teórica,

as questões que orientam a pesquisa, os objetivos tratados ao longo da pesquisa, uma breve apresentação da metodologia, instrumentos e procedimentos utilizados e considerações sobre o tema.

Na segunda seção encontram-se as definições de Política Pública Educacional, que utiliza como referência o direito público e subjetivo a educação, especialmente o ensino fundamental e médio, constante da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. São discutidos os programas e planos provenientes da esfera federal, utilizados como soluções para o estabelecimento da qualidade da educação básica e analisa o percurso das políticas públicas educacionais no Brasil e sua relação entre política pública, Estado e sociedade.

Na segunda seção encontram-se as discussões sobre o Estado Avaliador, na configuração do sistema público educacional, quando o Estado utiliza como discurso a construção da qualidade por meio de práticas pedagógicas. Essa seção discute também as práticas de prestação de contas (*accountability*) nas ações do Estado e na emergência da avaliação de desempenho como interpretação da qualidade da escola.

Na terceira seção encontram-se a discussão sobre a avaliação de desempenho no Brasil e a influência dessa na formulação da política pública educacional no estado de São Paulo. Essa seção analisa o currículo nacional como controle dos resultados, que dizem respeito a uma emergência do Estado Avaliador, em encontrar uma forma de avaliação que atenda aos pressupostos subjacentes ao mercado educacional.

Na quarta seção são analisadas as políticas públicas educacionais do estado de São Paulo e as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação, para garantir a qualidade das e nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. No início da seção foi feita uma caracterização da Secretaria de Educação com número de unidades de ensino, docentes e uma série histórica de matrículas de 2007 a 2017, com os dados descritos no Censo Escolar. Foram analisados os primeiros programas que tiveram como objetivo central a garantia de qualidade da educação pública como a Reorganização do Ensino Fundamental com a criação do Ciclo Básico; a Reforma Curricular – Proposta Curricular, inclusive para o Ensino Médio; a Jornada única para o Ciclo Básico I; a Escola Padrão; a Reorganização da rede física; o Programa de municipalização do ensino fundamental; a Progressão Continuada; o Programa de educação continuada, Teia do Saber; o Programa Ler e Escrever e o Programa de Qualidade da Escola.

Os resultados desses programas foram analisados dentro da série histórica de 2007 a 2017 e comparados com o SAEB e PISA, do mesmo período.

A seção posterior destinou-se as conclusões a pesquisa sobre os instrumentos e dos resultados da avaliação de desempenho como medida de qualidade da educação pública paulista.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os resultados das avaliações de desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio e como (ou se) estes são utilizados na formulação de políticas públicas para a educação básica no estado de São Paulo. Para responder esse objetivo foi necessário distinguir os programas para a educação básica formulados pelo Estado, que almejam a qualidade da educação pública. O destaque incidu sobre a análise dos instrumentos de políticas educacionais do Estado e como a avaliação de desempenho é utilizada para compor os indicadores educacionais.

A análise dos instrumentos possibilitou compreender a relação entre a teoria, a prática e as políticas que instituíram a avaliação de desempenho como forma de medir a qualidade da educação pública paulista. Nessa perspectiva, verifica-se que o SARESP e SAEB propõem o uso das avaliações de desempenho tanto para a regulação das escolas quanto para elaborar programas que almejam a qualidade da educação pública.

O Estado por intermédio das avaliações de desempenho, fomenta uma ação reguladora da educação. Essa ação reguladora, atua na educação escolar, na promoção de mudanças na organização da gestão, no currículo e na prática docente. Essa mudança é percebida nos programas instituídos em cada ano letivo, e na descontinuidade de muitos, e que estão vinculados aos resultados apresentados pelas escolas demonstrados pelos índices de desempenho e qualidade.

A partir do levantamento dos programas implantados pela SEE/SP, que se destinam a regular a educação, e que estão em concordância com a CF/1988 e LDBEN/1996, foram analisados os documentos oficiais publicados pelos órgãos centrais federal e estadual, demonstrados em dados estatísticos. Foi levado em consideração, nessa análise, os dados relativos ao estado de São Paulo no PISA, quanto instrumento de regulação internacional.

A utilização de instrumentos como avaliação de desempenho e monitoramento do fluxo escolar, tem início na década de 1990, quando as concepções de qualidade passam a ser pesquisadas na perspectiva de programas que integram as reformas educacionais influenciadas pelos acordos e convênios firmados entre agências multilaterais, projetos de monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais, implantadas nas redes escolares, com a preocupação de observar o custo-benefício-aluno e subsidiar as reformas e regulação educacional pelo Estado.

Esses instrumentos, entretanto, deveriam considerar, na equação, um indicador socioeconômico dos estudantes que poderia ser obtido a partir do Número de Identificação Social das famílias e/ou responsáveis. Esse indicador poderia ser multiplicado por 3, para famílias com renda até 1 salário mínimo, por 2 para 2 salários mínimos, por 1 para 3 salários mínimos e por zero para acima de 3,5 salários mínimos. O Estado também deveria ter um indicador para vulnerabilidade dos estudantes e das escolas, que poderia ser observado pelo Registro de Ocorrência Escolar – ROE⁷⁵, com isso a rede pública teria um perfil, dos estudantes e escolas, que poderia ser determinado não apenas pela avaliação de desempenho e fluxo, mas pelo perfil sócio-ecônomo- cultural do público alvo da educação pública paulista.

A regulação realizada pelo Estado, passa pela dimensão e abrangência da avaliação de desempenho e controle do fluxo escolar. A adesão a esta categoria de avaliação não é espontânea, mas sim uma imposição da legislação vigente, necessária para a investigação da qualidade, de uma unidade de ensino ou sistema educacional.

Nessa perspectiva de regulação e responsabilização, compete a gestão escolar e docentes informar a sociedade sobre os resultados demonstrados pelos estudantes, nas avaliações de desempenho, ao mesmo tempo em que propõem ações para atingir as metas de qualidade, projetas pelo Estado. Essa informação, e responsabilização, é feita por programas como Gestão em Foco e pelas plataformas Secretaria Escolar Digital e Foco Aprendizagem. Gestores, docentes, estudantes e responsáveis tem acessos diferentes às plataformas, mas todos podem observar os resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações de desempenho, bem como as correções e comentários de cada item que compõem a avaliação. É possível verificar que as avaliações são padronizadas e que não levam em consideração a localização geográfica da unidade escolar, perfil socioeconômico de estudantes e docentes, formação continuada dos docentes e vulnerabilidade dos estudantes e responsáveis.

Essas avaliações e os índices alcançados pelas escolas, são temas de debates políticos e educacionais, que influenciam os modos de regulação do poder público no sistema educacional. Esse modo passa pela condução das políticas públicas educacionais que pretendem demarcar novas propostas de eficácia e eficiência dos resultados. A eficácia e eficiência perpassa a organização da escola e refere-se ao favorecimento do ensino e da aprendizagem, sem contudo, caracterizar os perfis já tratados nessa pesquisa.

⁷⁵ O diretor da unidade escolar é o responsável por registrar as ocorrências, que são feitas com perfil de gestor no PortalNet, disponível em: <http://portalnet.educacao.sp.gov.br/>

Esta pesquisa bibliográfica propôs a realização de uma análise dos instrumentos de regulação, com uma abordagem qualitativa por considerar necessário conceituar a qualidade da educação, conforme fomentada pela legislação. Os dados demonstrados contribuíram para entender as contradições existente entre a regulação, o currículo e o trabalho docente.

A primeira questão proposta nesse estudo sobre os instrumentos utilizados pelo Estado para determinar a qualidade, pela perspectiva dos dados estatísticos da avaliação de desempenho e fluxo escolar, tem sua resposta pela utilidade dos resultados, para o estabelecimento de metas para a escola. Contudo mesmo observando apenas a proficiência e o fluxo, os pesquisadores da área educacional mostram a necessidade de estender a análise aos aspectos socioeconômicos e culturais dos estudantes. As reflexões produzidas, oferecem elementos para debates necessários sobre a utilização desses resultados para determinar a qualidade de uma unidade escolar ou sistema de ensino.

A perspectiva dos processos de ensino e de aprendizagem, que colaborem para a qualidade da educação, deveria passar pelo enfrentamento dos problemas que ocorrem no espaço social, econômico e cultural dos atores da escola.

A segunda questão dessa pesquisa investiga a utilização da avaliação de desempenho e fluxo escolar pelo estado de São Paulo como medida de regulação das escolas foi respondida por meio dos atos normativos publicados, que instituem programas que modificam o currículo escolar, instituem as classes de aceleração de ciclo, promovem a capacitação docente e institui a bonificação de resultados, com o objetivo de promover a qualidade da educação pública paulista.

Conforme a pesquisa realizada os atos normativos, publicados desde a década de 1990, passam a regular e a integrar o cotidiano da escola e a **evidência** está na bonificação de resultados, que ocorre quando a equipe escolar é contemplada, financeiramente, ao atingirem as metas de qualidade estabelecidas pelo Estado. Quando as metas não são atingidas as unidades escolares são denominadas “**assistidas**” e passam a ser acompanhadas pela supervisão e núcleo pedagógico das Diretorias de Ensino.

A terceira questão, sobre a análise da aplicação dos instrumentos utilizados para medir a qualidade da educação e o impacto na política educacional paulista foi respondida pela pesquisa dos resultados demonstrados e como influenciaram as mudanças nas políticas públicas como: a reorganização da rede física escolar, a instituição de jornada única docente, a instituição de projetos de recuperação de ciclo, a instituição do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e o estabelecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo que compara os resultados do SARESP e do SAEB.

As questões vinculadas ao desenvolvimento da qualidade da educação, estão relacionadas com o cenário social e político, que permeiam os debates e discussões sobre o rumo da educação e as expectativas de acesso, permanência e sucesso dos estudantes. Estudar e compreender as relações entre qualidade da educação e política pública, é essencial para encaminhar os processos avaliativos, organizado pelo Estado vinculados a necessidade social de uma educação que favoreça a aprendizagem na educação básica. Contudo não se pode determinar a qualidade apenas pelos resultados demonstrados sem que ocorra uma especificação do público avaliado. O fluxo é observado pelos dados informados pelas unidades escolares e que compõem o Censo Escolar, já os resultados das avaliações de desempenho como SARESP e SAEB, retornam para a unidade como um dado estatístico, mas como foi realizado o processo de correção dessa avaliação e redação, qual o padrão de resposta desse estudante, na escala da TRI, nem sempre fica claro para a equipe escolar.

A análise dos dados utilizados para a realização dessa pesquisa, ficou limitada ao conteúdo dos Relatórios do SARESP, SAEB, PISA, IDEB e IDESP demonstrados nas plataformas digitais específicas e ao material impresso disponibilizado pela SEE/SP e enviados anualmente a cada unidade escolar.

Os dados apontados pelos gráficos, demonstram que a proficiência dos estudantes da educação básica pública paulista, apresenta ligeiro aumento nos índices estipulados pelo Estado, no entanto apenas os resultados da avaliação de desempenho e fluxo escolar não garantem a qualidade da educação. Faz-se necessário conhecer a cultura escolar, os níveis socioeconômicos dos estudantes e também das equipes escolares, a qualificação dos gestores e os recursos pedagógicos disponíveis para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nivelar as escolas da rede, por uma régua de qualidade, atribuindo valores de 0 a 7, pode muitas vezes não demonstrar o cotidiano de estudantes e docentes. Não incluir nos dados fatores culturais específicos das diferentes regiões do Estado ou o número de docentes afastados, pode “mascarar” uma realidade e demonstrar dados não objetivos sobre a qualidade da educação pública paulista.

Tem-se a confirmação da tese de que “os resultados das avaliações de desempenho, influenciam as políticas educacionais voltadas para o ensino fundamental e médio ao mesmo tempo que regulam as escolas públicas” no decorrer das análises e da interpretação dos dados demonstrados pelo SARESP, SAEB e PISA. Esta tese foi se confirmando, sustentada pelos teóricos pesquisados, que consideram a atuação de organismos internacionais na definição de instrumentos de regulação da qualidade da educação, no Brasil e no estado de São Paulo.

Espera-se que este estudo possibilite a reflexão dos tomadores de decisão para que os instrumentos que definem a qualidade da educação possam ser revistos e que se leve em consideração características específicas das unidades escolares, estudantes e equipes educacionais. Os objetivos da pesquisa foram atingidos, uma vez que os instrumentos e legislação apontam que as escolas e equipes são responsabilizadas pelos resultados apresentados nas avaliações de desempenho. Entretanto, tem-se a clareza que esses aspectos não devem ser os únicos para se determinar a qualidade da educação básica, uma vez que há uma rotatividade de estudantes, docentes e gestores que não entram na equação do índice de qualidade.

A qualidade da educação, portanto, não pode ser creditada apenas a aferição da proficiência em determinados componentes curriculares e em um dado momento do processo educativo, mas configura-se como processo complexo e dinâmico, que envolve um conjunto de dimensões. Ratifica-se, que qualidade da educação é um conceito polissêmico e multifatorial, que ultrapassa a definição e a compreensão teórico, conceitual e analítica da situação escolar e deve considerar as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes e da própria escola, como local que acolhe uma diversidade de práticas sociais e educativas.

Dessa forma, destaca-se que a qualidade da educação e de seus instrumentos como a avaliação de desempenho, se apresentam como um complexo e grande desafio. Nas últimas décadas, registram-se um aumento no número de avaliações utilizadas para indicar a qualidade da educação, assim debater essa questão remete à necessidade de compreender relações sociais que envolvem questões macroestruturais como desigualdade socioeconômica, análise dos sistemas educacionais, processos de gestão escolar, currículo escolar e formação docente.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. **Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo.** Educação & Sociedade, volume 29 nº 102, Campinas Jan/Abril 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000100005> . Acesso em março de 2019

AFONSO, Almerindo Janela. **Mudanças no Estado Avaliador: comparativíssimo internacional e teoria da modernização revisitada.** Revista Brasileira de Educação v.18, n.53 Abril-Junho. 2013

AFONSO, Almerindo Janela. **Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares.** Revista Lusófona de Educação, 2009,13, 13-29

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a Emergência da Regulação Supranacional.** Educação & Sociedade, ano 22 nº 75, agosto/2000.

AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica.** Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, dezembro/1999

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Educação e políticas públicas na cidade.** In: DAVID, Célia Maria; SILVA, Hilda Maria Gonçalves; RIBERO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza. **Desafios contemporâneos da educação.** São Paulo. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015

AMABILE, Antonio Eduardo Noronha **Políticas Públicas.** CASTRO, C.L.F; GONTIJO, C.R.B.; AMABILE, A.E.N. Dicionário de Políticas Públicas. Barbacena: EduEMG, 2012

AMARAL, Ana Lúcia. **Classe de aceleração.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

ANDERSON, Jo Anne. ***Accountability* in education. This publication is available on Internet in its printed form,** see: <http://www.unesco.org/iiep>. 2005

AUGUSTO, M.H. **Eficiência escolar**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. **Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país**. Estudos Avançados, São Paulo, volume 15, nº 42, maio/agosto 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200003> Acesso em jan. 2019

BARROSO, João (org.). **A regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e atores**. VISEU, S. (colab.). Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006.

BARROSO, João. **O Estado, A Educação e A Regulação das Políticas Públicas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial – Out. 2005

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília. Liber Livro Editora, 2005

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Educação de Qualidade: um dos dilemas fundamentais para a definição das políticas educativas**. Trabalho Educação e Saúde. V.6 n.2 jul/out 2008

BONAMINO, Alicia; MARTÍNEZ, Silvia Alícia. **Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do estado** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 368-385 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BONAMINO, Alícia; SOUZA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>

BOTELHO, Fernando; GEMIGNANI, Thomaz; MADEIRA, Ricardo A.; MELONI, Luís; RANGEL, Marcos A.; PIONER, Heleno. **Sistemas de *Accountability* nas Escolas Públicas Brasileiras: Identificando a Eficácia das Diferentes Experiências**. In FERNADES, Reynaldo; SOUZA, André Portela Fernandes de; BOTELHO, Fernando; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. (Org.). **Políticas Públicas Educacionais e Desempenho Escolar dos Alunos da Rede Pública de Ensino**. 1ed. Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora. 2014.v. 1, p. 59-80.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. – Brasília, DF : Inep, 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, DF: MARE, 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126p
BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003**. Brasília, DF: MEC, 1994.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BREJO, Janayna Alves. **Política Educacional**. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas; GONTIJO, Cyntia Rúbia Braga; PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha (ORGs). Dicionário de políticas públicas: volume 2. Belo Horizonte: EdUEMG, 2015

BROOKE, Niguel. **Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 34-62, abr./ago.2013

BROOKE, Niguel. **Eficácia escolar**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

CAMPOS, Maria Malta. **A Qualidade da educação em debate. Estudos em Avaliação Educacional**. Fundação Carlos Chagas nº 22. 2000. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2215>

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **O Saeb e a agenda de reformas educacionais: 1995-2002**. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 96, p. 1-230, maio/ago. 2016

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **O desafio da qualidade**. ITUASSU, Artur e ALMEIDA, Rodrigo. A educação tem jeito? Volume 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2007a.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **A árdua tarefa de estabelecer padrões de desempenho escolar**. Cadernos Cenpec, nº 3. Avaliação em Educação, 2007 Disponível em:<http://www>.

bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/830/1722.pdf?sequence=1&isAllowed=y

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **A participação do Brasil em estudos e avaliações educacionais comparadas internacionais**. 2002. Disponível em: <[http:// dominio publico.gov.br/download/texto/mre000095.pdf](http://dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000095.pdf)> Acesso em jan, de 2019

CASTRO, Adriana; LOPES, Roseli Esquerdo. **O programa de qualidade da escola do estado de São Paulo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, vol 16 nº 70, dezembro de 2016. p.299-318. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i70.8645340>. Acesso em jan. 2019

CARVALHO, Djalma Pacheco de. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica**. Ciênc. educ. (Bauru) [online]. 1998, vol.5, n.2, pp.81-90. ISSN 1516-7313. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73131998000200008>.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração – Teoria, Processo e Prática**. 3 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000

CHIRINÉA, Andréia Melanda. **Mecanismos de regulação para a educação no Brasil: contribuições para o debate**. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.12, n1. P. 168-189, 2017. E-ISSN: 1982-5587 DOI: [http:// dx. doi. Org /10.21723 /riaee.v12.n1.9102](http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.9102)

COLEMAN, James S.; CAMPBELL, Ernest Q.; HOBSON, Carol J.; MCPARTLAND, James; MOOD, Alexander M.; WEINFELD, Frederic D.; YORK, Robert L. **Equality of educational opportunity**. Washington: Office of Education, U.S. Department of Health, Education, and Welfare, 1966.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica no Brasil** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DARLING-HAMMOND, Linda; ASCHER, Carol. **Creating Accountability in big city school Systems**.

DEMO, Pedro. **Teoria e prática da avaliação qualitativa**. Perspectivas, Campos dos Goytacazes, volume 7, nº 7, p. 106-115, janeiro/julho 2005

DEMO, Pedro. **Qualidade da educação: tentativa de definir conceitos e critérios da avaliação**. Estudos em Avaliação Educacional. Fundação Carlos Chagas, 1990. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2389>

DIAS, Isabel Simões. **Competências em Educação: conceito e significado pedagógico**. São Paulo: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 14, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572010000100008>. Acesso em novembro de 2018

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação como instrumento da formação e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação**, In: RISTOFF, Dilvo e ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula (orgs.), **Avaliação Participativa. Perspectivas e Debates**: UNESCO/MEC/INEP, Brasília, 2005, p.15-38.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 703-725, Especial - Out. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

DIAS SOBRINHO, José. **O sentido ético da avaliação**. In: APPEL, Emmanuel (org.), **A Universidade na encruzilhada. Universidade: por que e como reformar?** UNESCO/MEC: Brasília, 2003, p. 109-120. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DI PIERRO, Maria Clara; ANDRADE, Marcia Regina. **Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004**. Revista Brasileira de Educação. 14n. 41maio/ago. 2009 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a04.pdf>

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Cadernos Cedes, Campinas volume 29, nº 78, p. 201-215, maio/agosto, 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DOURADO, Luiz Fernando (Coordenador); OLIVERIA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; CARDOSO, Maurício Estevan. Regulação Social. In CASTRO, Carmem Lúcia Freitas; GONTIJO, Cyntia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012

DURAN, Marília Claret Geraes; ALVES, Maria Leila; PALMA FILHO, João Cardoso. **Vinte anos de política do ciclo básico na rede estadual paulista**. Cadernos de Pesquisa, volume 35, nº 124, páginas 83-112, jan/abr, 2005. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/423/426>. Acesso em março de 2019

FÁVERO, Osmar; HORTA, José Silvério Baia; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas**. Caderno de Pesquisas, São Paulo, nº 83, p. 5-14, nov. 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/966/975>. Acesso em dez de 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Políticas públicas educacionais e desempenho escolar dos alunos da rede pública de ensino**. Ribeirão Preto. SP: FUNPEC- Editora, 2014.

FERNANDES, Reynaldo. GREMAUD, Amaury. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas**. 2009 Disponível em: http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/Reynaldo_paper.pdf

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERRAZ, Leonardo de Araújo. Agências reguladoras. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas; GONTIJO, Cyntia Rúbia Braga; PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha (ORGs). **Dicionário de políticas públicas: volume 2**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2015

FERREIRA, Luiz Antonio; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas**: Plano Nacional de Educação. Revista Arquivo Brasileiro, Belo Horizonte, volume 3, nº 5, jan-jul, 2015

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social.** Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FREIRE, Lilian Rose Silva Carvalho. **SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual.** Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GATTI, Bernadete A. **Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses.** Educar em Revista, Curitiba nº 50, p. 51-67, out/dez 2013. Editora UFPR

GATTI, Bernardete A. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil.** SÍSIFO / Revista de Ciências da Educação · n.º 9 · mai/ago 2009. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/danielmatos/files/gatti_2009_avaliacao_de_sistemas_educacionais_no_brasil.pdf Acesso em abril de 2017

GATTI, Bernardete A. **Avaliação e qualidade da Educação.** 2007. http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/51.pdf

GATTI, Bernadete A. **Avaliação educacional no Brasil: experiências, problemas, recomendações.** Estudos em Avaliação Educacional, 1994 nº 10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/ae01019942320>. Acesso em março de 2019

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES NETO, João Batista.; ROSENBERG, Lia. **Indicadores de qualidade do ensino e seu papel no Sistema Nacional de Avaliação.** Em Aberto, v. 15, n. 66, p. 13-28, abr./jun. 1995.

GOMES NETO, João Batista; HARBISON, Ralph W.; HANUSHEK, Eric A.; LEITE, Raimundo Hélio. **Educação rural: Lições do EDURURAL.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Curitiba: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 1994.

HANEY, W.; MADDAUS, G. (1986). **Effects of standardized testing and the future of thenational assessment of educational progress.** Working paper prepared for theNAEP study group. Chestnut Hill, MA: Center for the Study of Testing, Evaluation and Educational Policy

HERNANDES, Elisabeth Dias Kanthack. **Os propósitos e os impactos causados em uma escola na Região de Assis, pela implantação e pelas mudanças de Rumo do Saresp 2001.** Dissertação de Mestrado, Marília: 2003.

HORTA NETO, João Luiz; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. **Do Saeb ao Sinaeb: prolongamentos críticos da avaliação da educação básica.** Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 96, p. 1-230, maio/ago. 2016

HORTA NETO, João Luiz. **As avaliações em larga escala e seus efeitos sobre as políticas educacionais: uma análise comparada entre a União e os Estados de Minas Gerais e São Paulo-** Brasília, 2013. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília,. 357 p.

HORTA NETO, João Luiz. **Limites para a utilização dos resultados de avaliações nacionais larga escalas estandardizadas: o caso da utilização do SAEB por um ente federado brasileiro.** R. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr. 2010.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação em larga escala de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr. 2010a.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação de desempenho: a utilização dos resultados do Saeb 2003 na gestão do sistema público de ensino fundamental no Distrito Federal.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 144 páginas, 2006. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5811/1/Jo%C3%A3o%20Luiz%20Horta%20Neto.pdf>

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação Externa: a utilização dos resultados do Saeb 2003 na gestão do sistema público de ensino fundamental no Distrito Federal.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5811/1/JoãoLuizHortaNeto.pdf>

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros / OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.** — São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_2015_completo_final_baixa.pdf Acesso em janeiro de 2018

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Nacional PISA 2012, resultados brasileiros.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília, 2014

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados nacionais – Pisa 2009:** Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília, 2012

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Censo de 2007 a 2017**. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/> Acesso em dezembro de 2018

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados nacionais – Pisa 2006**: Programa Internacional de Avaliação de Alunos(Pisa) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília, 2008

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resultados do SAEB/95**: escalas de proficiência – 2. ed. – Brasília, 1998.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KLEIN, Ruben. **Utilização da Teoria da Resposta ao item no sistema de Avaliação da educação Básica (Saeb)**. In: Ensaio. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 40, p. 283-296, jan/set. 2003

KLIEBARD, Herbert M. **Os princípios de Tyler**. Currículo sem Fronteiras, volume 11, nº 2, páginas de 23-35. Jul/Dez 2011. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em abril de 2019

LANDSHEERE, Gilbert de. **A pilotagem dos sistemas de educação**. Edições ASA, 1997

LEMES, Sebastião Souza. **Indagações sobre as políticas educacionais e reflexões sobre demandas percebidas pelo estado brasileiro: Tópicos para análise circunstanciada de seus instrumentos de ação**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação v. 11, n. especial 3, 2016.

LEMES, Sebastião de Souza. **Desafios da avaliação educacional: reflexões pontuais de conceitos, fundamentos e indicadores na escolarização atual**. In: DAVID, Célia Maria., SILVA, Hilda. Maria Gonçalves da, RIBEIRO, Ricardo, LEMES, Sebastião de Souza- orgs. **Desafios contemporâneos da educação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

LEMES, Sebastião de Souza. **Uma breve discussão sobre fundamentos de avaliação e indicadores educacionais para se melhor compreender a avaliação e gestão do currículo - D28 - Unesp/UNIVESP - 1a edição 2013** graduação em Pedagogia

LEMES, Sebastião de Souza. **O currículo para a escola democratizada: das pistas históricas às perspectivas necessárias**. Caderno de formação: formação de professores: Bloco 03: Gestão Escolar, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124690>

LEMES, Sebastião de Souza. **A avaliação educacional e escolar revisitada e a reflexão pontual de conceitos, fundamentos e indicadores frente às demandas para escolarização atual**. In RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Sueli Ap. Itman. Avaliação e Gestão Escolar: Reflexões e Pesquisas Educacionais. São Carlos: RIMA Editora, 2010.

LEMES, Sebastião de Souza. **A avaliação educacional e escolar: possibilidades para uma dimensão formuladora de políticas públicas para a educação nacional**. Cadernos de Educação, volume 2, Araraquara, São Paulo, 2001

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa, volume 46, nº 159, p.38-62, jan/março de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038.pdf>

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. Ed. São Paulo. Cortez, 2012. Coleção docência em formação: saberes pedagógicos.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola – teoria e prática. 4º ed. Goiânia, Alternativa, 2001.

LINDBERG, Staffan I. **Mapping accountability: core concept and subtypes**. University of Gothenburg, Sweden and University of Florida, USA. <http://ugandaevaluationassociation.org/wp-content/uploads/2011/03/lindberg-2013.pdf>

LOWI, Theodore. **American business, public policy, case studies and political theory**. World Politics, 1964.

MACEDO, Lino; FINI, Maria Inês. **SARESP: Matrizes de Referência para a Avaliação**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2008/pdf/matr2008.pdf>

MACHADO, Nilson José. **Qualidade da educação: cinco lembretes e uma lembrança**. Estudos Avançados, volume nº 21, edição nº 61, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61a18v2161.pdf>. Acesso em março de 2019

MADZA, Ednir; BASSI, Marcos Edgar. **Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira**. São Paulo: Petrópolis: Ação Educativa, 2009.

MALDONADO, Reny Gomes. **SARESP e diversidade textual: perspectivas na formação do leitor**. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008

MANDEL, Lúcia Mara; MALUF, Mônica Maia B. **Avaliação do rendimento de alunos das escolas-padrão> o caso de São Paulo**. Estudos em Avaliação Educacional, 1994 n° 10. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/issue/view//showToc>. Acesso em março de 2019

MAROY, Christian. **Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa?** In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (orgs.). Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

MELLO, Giomar Namó de. **Políticas públicas de educação**. Estudos Avançados. Volume 5, n° 13, São Paulo setembro/dezembro 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000300002. Acesso em julho de 2016

MELLO, Giomar Namó de. **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas**. São Paulo: CEESP, 2014. Disponível em: www.ceesp.sp.gov.br/comunicado.php?id=321

MENEZES, Janaína Specht da Silva; SOUZA, Donaldo Bello de. **Monitoramento e avaliação nos Planos Estaduais de Educação consoantes ao novo PNE**. Proposições. Volume 29, n° 3 – set/dez de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0068>. Acesso em jan de 2019

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NATIS, Lílian. **Modelos Lineares Hierárquicos**, Estudos em Avaliação Educacional, n° 23, jan-jun/2001. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2206/2162>

OCDE - **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros** /. — São Paulo : Fundação Santillana, 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ARAÚJO, Gilda Cardoso. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação.** Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, nº 28, 2005

OLIVEIRA, João Batista Araújo. **Correção do fluxo escolar: um balanço do Programa Acelera Brasil (1997-2000).** Cadernos de Pesquisa, nº 116, p.177-215, julho/2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200008>. Acesso em março de 2019

PALMA FILHO, João Cardoso. **A política educacional do estado de São Paulo (1938-2008).** Revista Educação & Linguagem, volume 13, nº 21, página 153-174, jan-jun, 2010

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Brasileira nos textos legais.** Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação. São Paulo, UNESP, Pró- Reitoria de Graduação, Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2007

PALMA FILHO, João Cardoso. **A educação Brasileira no Período de 1930 à 1960: A Era Vargas.** Org. Palma Filho, Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. **Avaliação educacional: o sistema nacional de avaliação da educação básica.** In: RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. **Matrizes curriculares de referência para o SAEB.** 2. ed. rev. ampl. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

PESTANA, Maria Inês. **O sistema de avaliação brasileiro.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v.79, n.191, p.65-73, jan./abr. 1998

PISA 2012 Results in Focus What 15-year-olds know and what they can do with what they know, 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-overview.pdf>

QUEIROZ, Kelli C.A.L. **Reforma Gerencial, “Estado Avaliador” e o sistema nacional de avaliação da educação superior: qual o papel da regulação?** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simpósio2011//PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0275.pdf>. Acesso em jan de 2019

RIBEIRO, Ricardo; MONTEIRO, Sueli Ap. Itman. **Incubadora de gestores: rompendo o isolamento.** In: DAVID, Célia Maria; SILVA, Hilda Maria Gonçalves; RIBERO, Ricardo;

LEMES, Sebastião de Souza. **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability na Administração Pública: a Atuação dos tribunais de contas**. XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS716.pdf>

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SÃO PAULO (ESTADO). **Sumário Executivo 2016** – Saresp. Volume I. São Paulo. FDE. 2017 Disponível em: http://saresp.fde.sp.gov.br/2016/Arquivos/Sumario_executivo_SARESP_2016.pdf Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Sumário Executivo 2015** – Saresp. Volume I. São Paulo. FDE. 2016 Disponível em: http://saresp.fde.sp.gov.br/2015/Arquivos/Sumario_executivo_SARESP_2016.pdf Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Sumário Executivo 2014 – Saresp. Volume I**. São Paulo. FDE. 2015. Disponível em: http://saresp.fde.sp.gov.br/2014/Arquivos/Sumario_executivo_SARESP_2015.pdf Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Sumário Executivo 2013 – Saresp. Volume I**. São Paulo. FDE. 2014. Disponível em: http://saresp.fde.sp.gov.br/2013/Arquivos/Sumario_executivo_SARESP_2014.pdf Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Sumário Executivo 2011 – Saresp. Volume I**. São Paulo. FDE. 2012.

SÃO PAULO (ESTADO). **Programa Estadual de Educação. São Paulo, 2007** Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas>. Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Caderno do Programa de Qualidade da Escola**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007b.

SÃO PAULO (ESTADO). **Programa de Qualidade da Escola – Sumário Executivo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008

SÃO PAULO (ESTADO). **Resolução SE nº 74, de 6 de novembro de 2008**. Institui o Programa de Qualidade da Escola - PQE e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado

de São Paulo – IDESP. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=200811060074>. Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Matrizes de Referência para a Avaliação SARESP: documento básico**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). **Programa de Qualidade da Escola – Nota Técnica**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em novembro de 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). **Sumário Executivo 2007- Saesp**. Disponível em: http://saesp.fde.sp.gov.br/2007/Arquivos/Boletim_Conteudo/Sum%C3%A1rio%20executivo.pdf. Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **SARESP. Relatório final. Conhecendo os Resultados da Avaliação Volumes I e II**. São Paulo. FDE. 2004.

SÃO PAULO (ESTADO). **Relatório SARESP 2003**. Disponível em: http://saesp.fde.sp.gov.br/2003/resultados/SARESP_Relatorio.pdf. Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Resolução SE 14, de 18 de janeiro de 2002**. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/14_2002.htm. Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **Resolução SE nº 124, de 13 de novembro de 2001**. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/124_2001.htm. Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). **SARESP 2000. Caracterização dos Estudantes da Rede Estadual Paulista**. São Paulo. FDE 2002.

SÃO PAULO (ESTADO). **Deliberação CEE nº 09, de 4 de agosto de 1997. Institui, no sistema de ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental**. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/Diretor2006/DiretorE_indicacao08_97_deliberacao09_97.pdf. Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/27_1996.htm?Time=19/04/2016%2015:38:25 Acesso em novembro de 2018

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de

São Paulo. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/27_1996.htm?Time=19/04/2016%2015:38:25 Acesso em novembro de 2018

SAVIANI, Demerval. **Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

SAVIANI, Demerval. **Política Educacional Brasileira: Limites e Desafios.** Revista de Educação PUC- Campinas. Nº 24, junho de 2008.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. **Estado Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação v.32, n.3, p. 493-510 set/dez 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Hilda Maria Gonçalves da. **A condição socioeconômica e cultural e o acesso à educação básica.** In: DAVID, Célia Maria; SILVA, Hilda Maria Gonçalves; RIBERO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza. **Desafios contemporâneos da educação.** São Paulo. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015

SILVA, Hilda Maria Gonçalves da; RIBEIRO, Ricardo. **A prática avaliativa: uma questão político-social.** in RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza; MONTEIRO, Ap. Itman. **Avaliação e Gestão Escolar: Reflexões e Pesquisas Educacionais.** São Carlos: RIMA Editora, 2010.

SILVA, Maria Abádia. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações.** Cad. CEDES vol.29 no.78 Campinas May/Aug. 2009a <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622009000200005>

SILVA, Vandrê Gomes da. **Qualidade na educação e a ideia de uma formação pública.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 90, n. 226, p. 547-570, set./dez. 2009b.

SIMÕES, Isabel Dias. **Competências em Educação: conceito e significado pedagógico.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010:73-78. <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a08>

SOARES, José Francisco. **Avaliação da qualidade da educação escolar brasileira.** In **O Sociólogo e as Políticas públicas: Ensaio em Homenagem a Simon Schwartzman.**

SCHWARTZMAN, Luíza Farah, SCHWARTZMAN, Felipe Farah, SCHWARTZMAN, Michel Lent (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SOARES, José Francisco. (2005). **Qualidade e equidade na educação básica brasileira: Fatos e possibilidades**. In SCHWARTZMAN, Simon e BROCK, Colin. Os Desafios da Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005

SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva. **Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação**. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 71, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782017227152> Acesso em jan. de 2019

SOUZA, Sandra Zákia. **Concepções de qualidade da Educação Básica forjada por meio de avaliações em larga escala**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, São Paulo. Voume 19, n. 2, jul., 2014.

SOUZA, Sandra Zákia. **Avaliação colaborativa e com controle social**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.7, n. 12, páginas 65 a 75 jan/jun de 2013.

SOUZA, Lanara Guimarães. **Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública** in LORDÉLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (organizadores) Avaliação educacional: desatando e reatando nós – Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p.20-45.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO: Jomtien, 1990.

VIANNA, Heraldo M. **Contribuições de Heraldo Vianna para a avaliação educacional**. Fundação Carlos Chagas. Volume 25 N.60 Número Especial | dezembro 2014. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/issue/viewFile/307/78> Acesso em janeiro de 2017

VILLANI, Marialuisa. **The Production Cycle of PISA Data in Brazil: the history of data beyond the numbers**. Sisyphus Journal of Education, Lisboa, v. 6, n. 3, p. 30-52, 2018.